

Atualização dos Registos de Mutilação Genital Feminina

Ano de 2025

A prática da Mutilação Genital Feminina (MGF) é reconhecida internacionalmente como uma violação dos direitos humanos. Enquanto ato de violência de género, faz parte de um conjunto de práticas nefastas que ainda persistem na atualidade, sendo abordada em diversas convenções e acordos internacionais e nacionais, nomeadamente através da Convenção de Istambul, ratificada por Portugal.

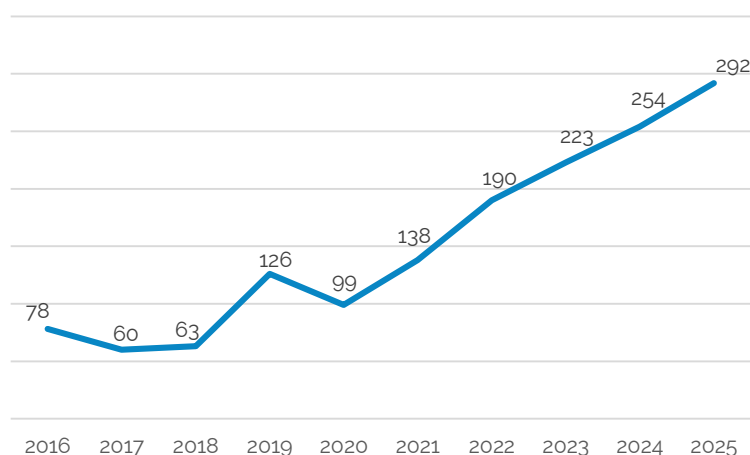
A Direção-Geral da Saúde (DGS) tem vindo a desenvolver diversas iniciativas para sensibilizar os profissionais de saúde para a relevância de saberem atuar e sinalizarem estas práticas, nomeadamente, através da publicação de orientações sobre MGF e de manuais de intervenção na área do Programa Nacional de Prevenção da Violência no Ciclo de Vida.

Na última década, a realização de formação pós-graduada sobre MGF, promovida por várias entidades, incluindo a DGS, dirigida a profissionais de saúde, tem contribuído para o aumento da sensibilização e do conhecimento especializado destes profissionais.

Assim, ao longo dos anos, tem vindo a verificar-se um aumento do número de registos de MGF anuais na plataforma Registo de Saúde Eletrónico (RSE-AP). Entre janeiro e dezembro de 2025, foram efetuados 292 registos de MGF, tendo-se registado um aumento de 15% em relação ao período homólogo anterior. Este aumento de registos reflete a maior sensibilidade dos profissionais de saúde para esta matéria e não necessariamente um agravamento destas práticas.

Através desta análise, a DGS pretende melhorar o conhecimento sobre esta prática (mutilação genital/corte), continuando a dar voz às mulheres e meninas sobreviventes desta prática e contribuir para promover a sua eliminação nas novas gerações.

N.º de Registos de MGF - Evolução 2016-2025



Fonte: Registo de Saúde Eletrónico (RSE-AP) sobre MGF

Atualização dos Registos de Mutilação Genital Feminina

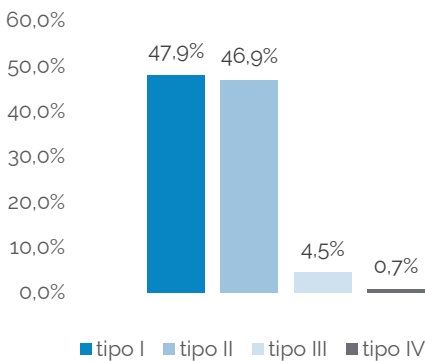
Ano de 2025

RESULTADOS

Maioritariamente, as situações de MGF foram detetadas no âmbito da gravidez: 42,5% no parto; 15,8% no puerpério; 14,7% em consultas de vigilância. No âmbito não relacionado com a gravidez, foram detetados 15,1% nos cuidados hospitalares e 12,0% nos cuidados de saúde primários.

Do total de casos registados, os tipos de mutilação mais comuns foram do tipo I (47,9%) e do tipo II (46,9%).

Proporção de casos por tipo de mutilação

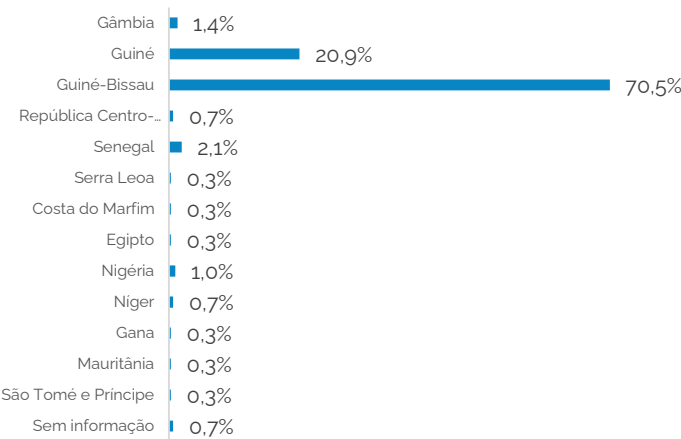


Fonte: Registo de Saúde Eletrónico (RSE-AP) sobre MGF

Existe uma predominância de casos realizados na Guiné-Bissau (70,5%), na Guiné Conacri (20,9%). Este aspeto vem reforçar a informação já conhecida, tendo em conta o predomínio das comunidades imigrantes residentes em Portugal e a prevalência estimada da MGF nesses Países¹. Em 2 registos, a informação sobre esta variável é desconhecida.

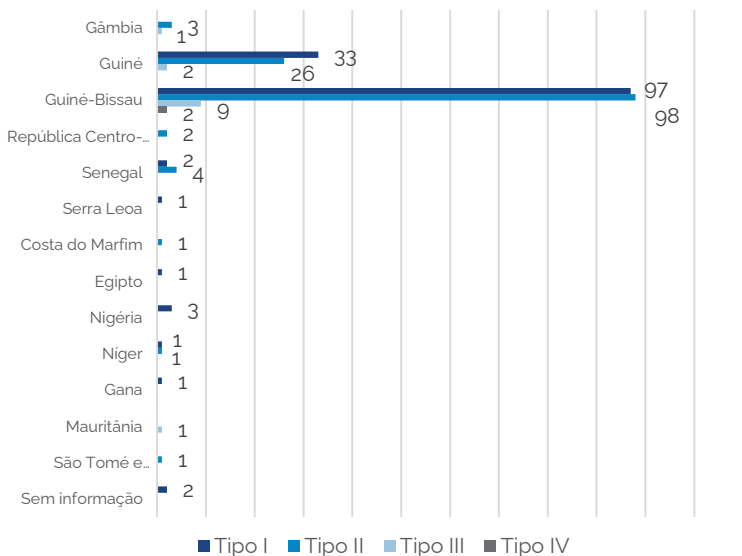
Em 2025, não foi registado nenhum caso realizado em Portugal.

Proporção de casos por local onde foi realizada a MGF



Fonte: Registo de Saúde Eletrónico (RSE-AP) sobre MGF

N.º de casos por tipo e por local onde foi realizada a MGF



Fonte: Registo de Saúde Eletrónico (RSE-AP) sobre MGF

Em 2025, foram registadas 13 mutilações do tipo III, mais 5 casos do que no ano anterior. Atendendo à gravidade, procedeu-se à sua análise. De acordo com os registos, este tipo de prática foi realizada na Guiné-Bissau (n=9), Guiné Conacri (n=2), Gâmbia (n=1) e Mauritânia (n=1), tendo as mulheres no momento do registo entre os 18 e os 53 anos. A idade de realização da MGF foi entre os 3 meses e os 27 anos (a idade apenas foi registada em 7 dos 13 casos. Associadas a este tipo de mutilação, foram registadas complicações em 10 casos.

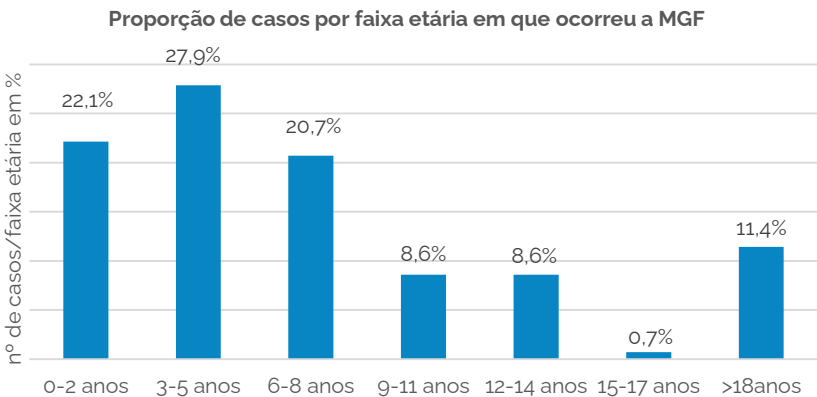
¹ UNICEF, Female genital mutilation country profiles, acedido a 4 de fevereiro de 2026.

Atualização dos Registos de Mutilação Genital Feminina

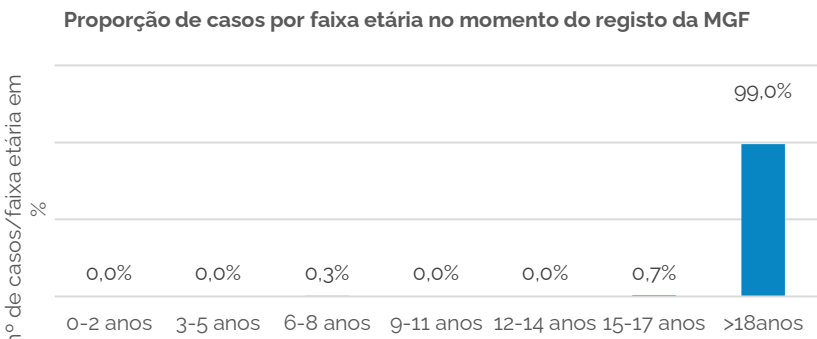
Ano de 2025

Em 2025, de acordo com os registos, a média da idade aquando da realização do procedimento foi de 7,7 anos, com uma mediana de 5,5, variando entre 1 mês e os 38 anos de idade. Em cerca de 70,7% dos casos, a mutilação ocorreu até aos 9 anos de idade. De referir que relativamente a este parâmetro, apenas foi registada a idade em que ocorreu a MGF em 47,9% dos casos, correspondendo a 140 registos validados.

A média de idade no momento do registo é de 30,9 anos, variando entre os 4 e os 62 anos.

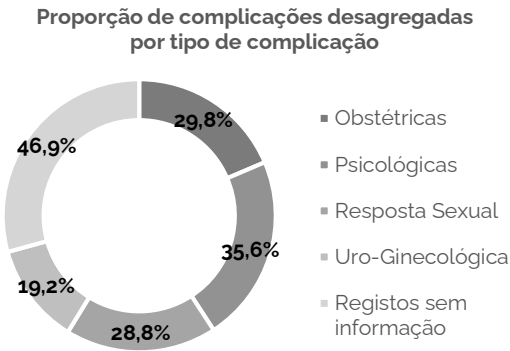
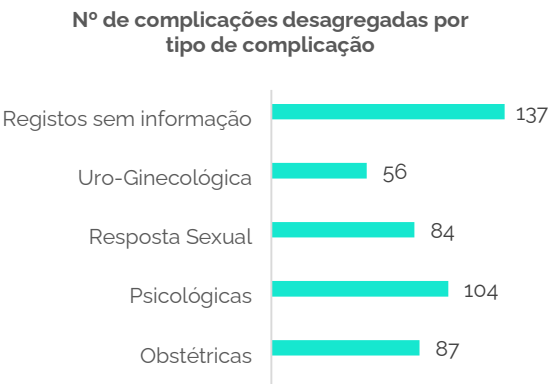


Fonte: Registo de Saúde Eletrónico (RSE-AP) sobre MGF



Fonte: Registo de Saúde Eletrónico (RSE-AP) sobre MGF

Em 2025, foram registadas complicações em 155 mulheres, correspondendo a 53,1% da totalidade dos registos. As complicações resultantes da MGF são frequentemente coexistentes. Numa análise desagregada por complicação, verifica-se que, do total de registos, 104 incluem complicações do foro psicológico, 87 obstétricas, 84 incluem complicações de resposta sexual e 56 sequelas uro-ginecológicas.



Fonte: Registo de Saúde Eletrónico (RSE-AP) sobre MGF

Atualização dos Registos de Mutilação Genital Feminina

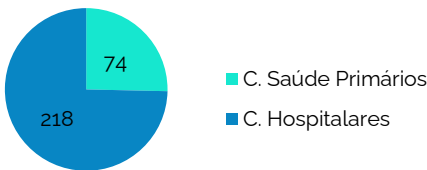
Ano de 2025

A maioria, 74,7% dos registos, foram efetuados nos cuidados hospitalares e 25,3% nos Cuidados de Saúde Primários (CSP). Pode ainda observar-se que a generalidade dos registos foi efetuada em unidades inseridas na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Aumentaram de 1 para 10 os registos efetuados em unidades fora desta região, nomeadamente nas Regiões do Norte, Centro e Algarve.

O facto da maioria dos registos continuarem a ser efetuados por profissionais de unidades de saúde da região de Lisboa e Vale do Tejo pode ser enquadrado, por um lado, na maior concentração de mulheres migrantes oriundas de países onde se pratica a MGF e, por outro, na realização de diversas ações de formação e de sensibilização destinadas a profissionais de saúde (cuidados de saúde primários e hospitalares) nesta região.

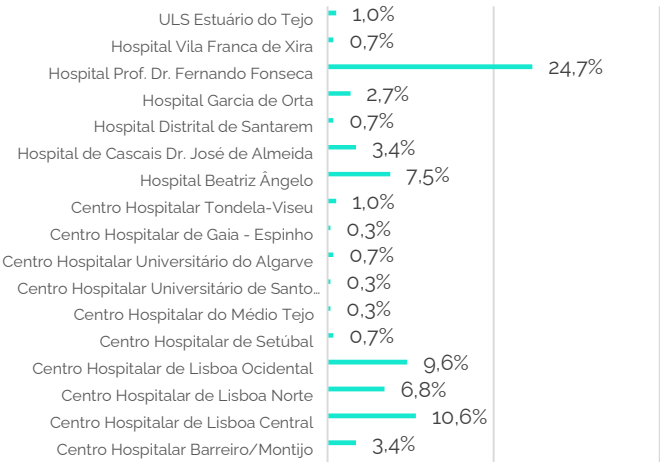
A maioria dos casos continua a ser registada em contexto hospitalar, no âmbito dos cuidados de saúde durante a gravidez e o parto.

N.º de casos por local de registo



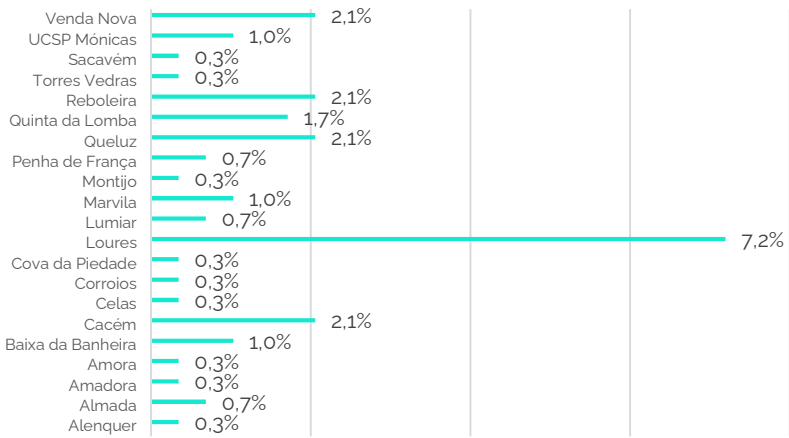
Fonte: Registo de Saúde Eletrónico (RSE-AP) sobre MGF

Proporção de casos por instituição hospitalar



Fonte: Registo de Saúde Eletrónico (RSE-AP) sobre MGF

Proporção de casos por unidade cuidados de saúde primários



Fonte: Registo de Saúde Eletrónico (RSE-AP) sobre MGF

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monitorização contínua dos casos de MGF através da plataforma RSE-AP continua a ser um instrumento importante para definir estratégias e planear intervenções a nível nacional.

No que respeita ao esclarecimento dos direitos da mulher numa perspetiva educativa e preventiva, foi registada a intervenção dos profissionais de saúde em 87,3% (255) dos casos.

Esta análise foi produzida com o propósito de fornecer matéria de reflexão para todos os profissionais e demais interessados no tema, trabalhando em prol de investigar, sinalizar necessidades e eliminar a prática.

Atualização dos Registos de Mutilação Genital Feminina

Ano de 2025

METODOLOGIA

O formulário de registo da MGF encontra-se na plataforma de Registo de Saúde Eletrónico – Área do Profissional (RSE-AP), no separador da DGS.

Os dados são submetidos por profissionais de saúde nos diferentes contextos de prestação de cuidados de saúde, com consentimento da utente.

O período de análise compreende os registos efetuados entre 1 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro do mesmo ano.

Os dados registados no formulário da plataforma RSE-AP são extraídos a partir do número de utente, não sendo por isso possível a duplicação de registos. Desta base de informação clínica é possível extrair de forma anonimizada, para fins estatísticos, o conjunto de dados constantes do registo, a nível nacional e num determinado momento, sendo garantida a privacidade a cada mulher. Os dados em análise foram extraídos da base nacional no dia 6 de janeiro de 2026 e validada em junho de 2026.

Dos 292 registos, foram considerados inválidos 6 registos relativos à idade em que ocorreu a MGF, por apresentarem informação incongruente. Não obstante, a informação referente a esses registos foi analisada no que respeita a todas as outras variáveis.

Os dados registados no formulário contemplam: idade atual; data de registo; instituição onde é introduzido o registo; tipo de mutilação (tipo I; II; III; IV); idade; país em que foi realizada a mutilação; foi realizada fora do país quando a criança/mulher já residia em Portugal (sim, não); âmbito em que foi detetada (grávida: consulta de vigilância da gravidez; parto; puerpério; não grávida: cuidados de saúde primários; cuidados hospitalares); foi dado conhecimento à utente do enquadramento legal (sim/não); se e quais as complicações associadas (uro-ginecológicas; sexuais; obstétricas; psicológicas).